

NOTA OFICIAL



MARCO TEMPORAL

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) vê com preocupação o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas.

Essa decisão traz enorme insegurança jurídica para os milhares de agricultores e pecuaristas de Mato Grosso e do país. A insegurança na produção e nos investimentos coloca em risco o setor que alimenta o mundo.

A decisão do STF vai causar um grande impacto negativo na produção agrícola e pecuária do país e em todos os segmentos que movimentam a economia do Brasil.

A segurança jurídica que buscamos não é apenas para a área rural, afinal, sem a definição do Marco Temporal, qualquer área urbana pode ser considerada como Terra Indígena.

Dados da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apontam que a pretensão em Mato Grosso de áreas para demarcação é de 5,3 milhões de hectares, devido a 25 áreas que estão em estudo pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O setor produtivo rural não aceita a ampliação de reservas já demarcadas e homologadas, assim como a não indenização de qualquer área reivindicada no território nacional.

O produtor rural respeita o uso e a exploração das terras nas quais os indígenas já fazem uso no Brasil.

Portanto, vamos continuar acompanhando a situação, visando restabelecer a segurança jurídica no meio rural e assegurar o direito de propriedade dos produtores sem ferir os direitos dos indígenas, como sempre respeitamos.

O artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros a inviolabilidade do direito à propriedade. Mesmo com esse dispositivo constitucional, o direito à propriedade não foi reconhecido pelo STF.

**Federação da Agricultura
e Pecuária de Mato Grosso**

